



Correio Manhã

06-12-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 115581

Temática: Justiça

Dimensão: 4050 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

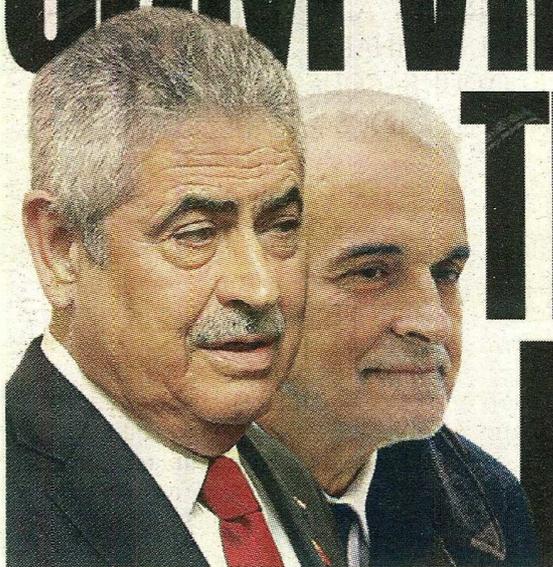
Página (s): 1/4 a 7

CASOS DA JUSTIÇA

# ESCUTAS COM VIEIRA

**PRESIDENTE  
DO BENFICA  
DÁ ORDENS  
PARA  
PRESSIONAR  
MAGISTRADO**

➔ **ADVOGADO**  
ligado  
a dirigente  
prometeu  
cargo no clube  
a juiz P.4A7



# TRAMAM RANGEL



## CASOS DA JUSTIÇA

### DEPÓSITOS | EM NUMERÁRIO

**A** investigação, que esteve a cargo da Polícia Judiciária, encontrou depósitos de 400 mil euros nas contas de Rangel e Galante, também juíza desembargadora, durante dez anos. No processo disciplinar, que agora ditou a demissão, o juiz alegou que eram direitos de autor.

ESCUTAS TRAMAM DIRIGENTE E MAGISTRADO

# Vieira não queria dinheiro

**ARGUIDO** ♦ Presidente do Benfica ao telefone com Jorge Barroso, advogado ligado aos encarnados, dá ordens para pressionar magistrado  
**TROCA** ♦ Promete a juiz que vai ter vencimento “atrativo de diretor”

TÂNIA LARANJO

Jorge Barroso, advogado, esteve na lista de Rui Rangel para as eleições do Benfica de 2012 e desde aí que mantinham uma relação próxima. Era um dos contactos dos encarnados para fazer a ponte com o juiz - agora punido com a demissão. Sabe o CM que dizia então o presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, ao advogado, já irritado com a demora da resolução de um litígio fiscal que envolvia o seu filho, que era preciso apertar com o Rangel.

Jorge Barroso, continua ainda o Ministério Público na operação Lex, já tinha tratado de tudo. Tinha falado com Rangel e prometeu-lhe um ordenado atrativo de diretor. Rangel iria ter um cargo de diretor na universidade de que o Benfica pretendia instalar no Seixal - em troca tinha de dar uma ‘palavrinha’ ao juiz do civil de Sintra que tinha um processo que opunha o filho de Vieira à Autoridade Tributária e em que se discutia o pagamento de 1,6 milhões.

A 24 de abril de 2017, Jorge Barroso foi apanhado em várias conversas. Numa delas e depois de falar com Vieira, Barroso ligou a Rangel e pediu-lhe que não se esquecesse do seu assunto; Rangel, mais cauteloso e temendo escutas tele-

fónicas, mudou de conversa. Em maio desse ano, há pelo menos outras três conversas, entre Vieira e Barroso, em que se referem ao mesmo tema. O presidente dos encarnados diz que é importante que Rangel lhe dê o nome do juiz. E que tudo deve ser tratado rapidamente.

Em junho, o assunto ainda não estava resolvido. E aí entra Fernando Tavares, ‘vice’ dos encarnados e também arguido, que pressiona Barroso e o pró-

**LAMENTAM QUE RANGEL SEJA UM “BALDAS” E TEMEM FICAR MAL VISTOS**

**DIZ QUE JUIZ PROMETEU RESOLVER DESDE A PÁSCOA E NADA FEZ**

**FALTA SÓ “ELE DAR A DICA”, “ABRIR A PORTA”, DISSE ‘VICE’ ENCARNADO**

prio Rangel. Diz que está farto de Luís estar sempre a chatear e pede ao juiz para resolver aquele assunto de Sintra.

Segue-se a 20 de junho novo telefonema entre Tavares e Barroso. O ‘vice’ dos encarnados insiste que tem de se encontrar

com Rangel porque o presidente quer aquilo resolvido.

Nessa conversa, Jorge Barroso concorda. Ou Rangel cumpre o prometido ou, vaticina, ainda ficam mal vistos. Tavares diz que vai tentar marcar com o juiz no dia seguinte.

Quatro dias depois, ainda não tinha sido agendando qualquer encontro. Vieira pergunta a Tavares quanto tempo demora o magistrado a resolver, o ‘vice’ lamenta que Rangel seja um baldas. Diz a Vieira que tem de ser ele. O presidente responde que é urgente, está prometido desde a Páscoa, não pode ter o dinheiro parado.

A 6 de junho nova conversa sobre o mesmo assunto. Rangel fala com Tavares e garante que já deu seguimento ao assunto, mas está difícil.

A 20 de julho, dá-se um encontro entre Jorge Barroso e Rangel. O assunto ainda é o mesmo, a Judiciária interceta um telefonema de Rangel para Sintra, para marcar uma reunião com o juiz do processo.

Em agosto, ainda estavam confiantes. Barroso dizia a Tavares que só faltava ele [Rangel] dar a dica, para se abrir a porta. O juiz disse depois que tentou tudo, mas não conseguiu. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Luís Filipe Vieira, presidente do Benfica, e o juiz Rui Rangel

**Rui Rangel** exerce funções de juiz desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa. O facto de ser juiz impediu que Rangel fosse detido no âmbito do processo da Operação Lex



## Estatuto de juiz salvou-o da cadeia

❑ Foi o facto de ser juiz que evitou que Rangel fosse detido para primeiro interrogatório. Diz a lei que um magistrado só pode ser preso em fase de acusação e não no inquérito - ao contrário do que aconteceu com os restantes réus. ●

PRODUTOR | **CONSTITUI-SE ASSISTENTE**

O produtor televisivo Manolo Bello constituiu-se assistente no processo Lex, para tentar reaver uma dívida de 80 mil euros. Foi dado como provado em tribunal que o juiz pediu dinheiro ao amigo, alegadamente para o advogado Santos Martins. O advogado, que também é réu, nunca pagou a Manolo Bello.



SOBRINHO | **ESTÁ SOB SUSPEITA**

A decisão de Rui Rangel de devolver os bens a Alvaro Sobrinho - que teve o voto de vencido de um dos juizes que compunha o coletivo na Relação - também está sob suspeita. Há escutas que indiciam ter havido contactos entre o juiz e um advogado, para que o magistrado da Relação desse razão ao antigo homem forte do BES Angola.



# o parado



## Mais de dez anos a receber luvas

❑ Diz o Ministério Público junto do Supremo Tribunal de Justiça que Rangel recebeu luvas durante mais de dez anos, usando contas de familiares e amigos. ●

## Prometia cunha na distribuição

❑ Rita Figueira, companheira de Rangel, prometia "distribuição a juiz amigo, de forma a que tivesse uma decisão favorável aos interessados". ●

## Era um 'assalariado' do amigo advogado

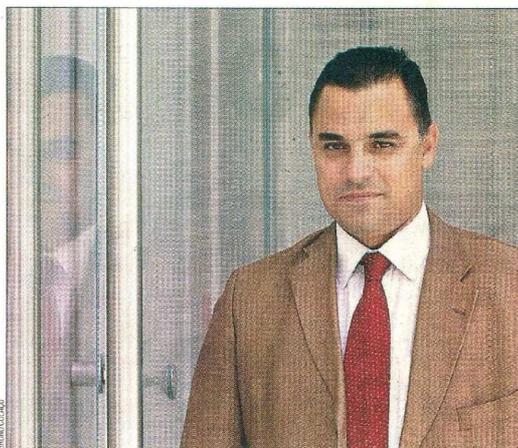
❑ A investigação garante que Rui Rangel funcionava como um assalariado de Santos Martins, advogado, e que agia sempre no seu interesse. ●



Conselho Superior da Magistratura

## Nomeados por poder político de fora

❑ Os membros do Conselho Superior da Magistratura nomeados pelo poder político não estiveram na votação das sanções a aplicar a Rangel e Fátima Galante. Esteve apenas Cardoso da Costa, escolhido pelo presidente da República, que votou vencido na sanção de demissão. ●



Carlos Figueira, procurador do Ministério Público, está a ser investigado

# Denunciam procurador por corrupção

❑ Um procurador do Ministério Público do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa foi interrogado, constituído arguido e está a ser investigado por alegadamente ter sido corrompido por traficantes de droga, denunciados por escutas em que diziam entre si terem entregue "amêndoas" (interpretado como dinheiro) para que o magistrado ajudasse o cabecilha a "obter saídas precárias" (da pena de 9 anos de cadeia que ainda cumpre) e na realização de requerimentos para a pena ser revista.

Contactado pelo CM, o procurador em causa, Carlos Figueira, disse que o caso "está em segredo de Justiça" e corre no Tribunal da Relação de Lisboa, "a sede própria onde me pronunciarei". Aciantou que está "de consciência tranquila".

As suspeitas nasceram numa investigação do Ministério Público de Sintra a uma rede que

desde 2015 fez entrar cocaína em contentores no porto de Sines. Um casal liderava a rede e branqueou o dinheiro do tráfico na compra de 22 imóveis em Foros de Salvaterra e Benavente, com valor comercial de 12 milhões de euros. O principal traficante queria sair da cadeia de Alcoentre e fugir do País, tendo sido apanhados à sua companheira quase 100 mil euros em notas, um arsenal de armas e documentos falsos para a fuga.

O casal e dois advogados - ligados a Angola e que montaram as empresas para lavagem de dinheiro - trocaram dezenas de mensagens e telefonemas aludindo a Carlos Figueira, com quem os dois últimos se encontraram em tribunal e numa casa de diversão noturna. Estas quatro pessoas estão já acusadas de corrupção ativa. Carlos Figueira ainda é investigado por corrupção passiva. ●S.A.V.

## TRAFICANTES APANHADOS EM ESCUTAS A DIZER TER PAGADO AO MAGISTRADO

## CASOS DA JUSTIÇA

**SALGADO | CONTRADITÓRIO OS JUÍZES DA RELAÇÃO DE LISBOA DIZEM QUE RICARDO SALGADO TEM DIREITO AO CONTRADITÓRIO. AGORA, NA FASE DA INSTRUÇÃO, PODE SEMPRE FAZÊ-LO.**

### ASSISTENTES | JUSTIÇA DÁ RAZÃO

Sérgio Azenha, jornalista do CM e da CMTV, e Felícia Cabrita, do jornal 'Sol', foram proibidos de assistir aos interrogatórios dos arguidos, enquanto assistentes. Recorreram para a Relação de Lisboa e Ivo Rosa voltou a perder. Mesmo assim, não acatou a decisão.



**PROCESSO | SEM EFEITO UM COLETIVO DA RELAÇÃO PEDIA MESMO QUE FOSSE ABERTO UM PROCESSO A IVO ROSA, DEVIDO À SUAS POSIÇÕES. O ACÓRDÃO FOI REVOGADO E NADA ACONTECEU.**

### OPERAÇÃO MARQUÊS

# Instrução adiada após nova derrota

**RELAÇÃO DE LISBOA** ♦ Ivo Rosa volta a perder recurso, após ter ignorado parte das declarações de Ricardo Salgado **DATAS** ♦ Debate instrutório passa para março. Ex-homem-forte do BES tinha mudado versão

#### TÂNIA LARANJO

**R**icardo Salgado pode voltar a ser ouvido, no âmbito da Operação Marquês, depois de Ivo Rosa ter perdido mais um recurso. Os juizes desembargadores da Relação de Lisboa dizem que o depoimento a propósito dos pagamentos feitos a Zeinal Bava tem de ser valorado e o ex-homem-forte do BES, que já depôs no Tribunal Central, pode requerer que seja ouvido novamente.

Também para janeiro está marcada a inquirição de José Paulo Pinto de Sousa, primo de José Sócrates, o que impossibilita que o debate instrutório ocorra dias depois. A nova data é 4 de março.

Na tese do Ministério Público, Ricardo Salgado tinha feito três transferências, num valor total de 25,2 milhões de euros, para que Zeinal Bava desse prioridade, enquanto administrador da PT, aos interesses do Grupo Espírito Santo, que era acionista de referência da operadora. As transferências foram feitas para o banco UBS, em Singapura e na Suíça, entre 2007 e 2011.

Quando foi ouvido no processo relativo ao universo Espírito Santo, Salgado garantiu que as transferências para Bava tinham como objetivo convencer o então líder da PT a não se transferir para a concorrência.

**NO MONTE BRANCO DISSE QUE QUERIA CONVENCER BAVA A FICAR NA PT**

**LEMBROU-SE DOS MILHÕES DE QUE SE TINHA ESQUECIDO NO PROCESSO**

**NOVA TESE É IGUAL À QUE TINHA SIDO CONTADA POR EX-LÍDER DA EMPRESA**

Mais tarde, e porque Ivo Rosa disse que as declarações não podiam ser valoradas, o ex-banqueiro mudou de versão e fez um depoimento coincidente com o do próprio Bava, também ouvido por Ivo Rosa: ex-

plicou que, afinal, a primeira transferência de 6,7 milhões de euros, realizada em dezembro de 2007, era para financiar a entrada de Zeinal Bava no capital da então maior empresa portuguesa. Recorde-se ainda que na primeira vez que tinha sido ouvido, Ricardo Salgado não se lembrava sequer da primeira transferência de milhões, tendo só agora, em junho passado, avivado a memória. De uma transferência que foi realizada exatamente no mesmo dia em que também ordenou que o saco azul do Grupo Espírito Santo transferisse cerca de 500 mil euros para Henrique Granaideiro, também da Portugal Telecom. ♦

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL



Ivo Rosa é o juiz de instrução criminal que lidera a fase de instrução do caso Marquês

#### PORMENORES

##### Erro de interpretação

Os juizes desembargadores dizem que a decisão de Ivo Rosa padece de erro de interpretação. O juiz não podia ter ignorado o depoimento.

##### Um nada como prova

Para os desembargadores, as declarações "não podem ser ignoradas e consideradas um nada para efeitos de prova e muito menos indiciária".

## Advogada de Santos Silva arrasa procuradores



Paula Lourenço é advogada do arguido Carlos Santos Silva

Paula Lourenço, advogada de Carlos Santos Silva, criticou ontem, numa palestra em Lisboa, os processos administrativos que correm no DCIAP, departamento que investigou o Processo Marquês. Santos Silva foi alvo de processos administrativos - que resultam de informação bancária - durante dez anos e a defesa pede a nulidade da

prova que resulta destes atos. "Não podem existir processos-sombra. Os bancos transmitem a informação à Unidade de Informação Financeira da PJ e à Procuradoria-Geral da República, que delega em três procuradores. São os mesmos procuradores que têm em mãos as investigações dos casos complexos", criticou a advogada. ♦

CARLOS ALEXANDRE | RUI RANGEL CHUMBA

**C**arlos Alexandre, o juiz que dirigiu o inquérito da Operação Marquês, viu quase todas as suas decisões serem confirmadas pela Relação de Lisboa. A exceção foi um acórdão que teve como relator Rui Rangel - agora demitido por suspeitas de envolvimento num esquema de corrupção.



PROVA | **CONFUSÃO**  
**DIZEM AGORA OS JUÍZES DESEMBARGADORES QUE O MAGISTRADO DO TRIBUNAL CENTRAL CONFUNDE CONCEITOS E POSSIBILIDADES DE PROVA.**

CASO EDP | CINCO DERROTAS

**N**o caso EDP, que tem Mexia como principal arguido, Ivo Rosa já sofreu cinco derrotas. Neste momento já não está com o processo, depois de ter ficado em exclusivo com o caso Marquês. O juiz pediu entretanto que fosse nomeado alguém para o auxiliar, o que foi determinado pelo Conselho Superior da Magistratura.



**ACUSADO DE MINAR CASO**

☑ Rosário Teixeira deu conta à Relação que os atrasos no envio dos recursos minam o processo. ●

**NÃO QUER BATAGLIA**

☑ Ivo Rosa também não quer usar as declarações de Bataglia. O MP já recorreu. ●

**EXIGE SEGREDO**

☑ O juiz impediu os advogados de divulgarem pormenores sobre interrogatórios. ●

**SORTEADO À TERCEIRA**

☑ Depois de dois erros informáticos, o sorteio ditou que Ivo Rosa ficava com o caso. ●



Perdeu todas as guerras no caso

☑ Todas as guerras de Ivo Rosa com Rosário Teixeira no Processo Marquês foram perdidas pelo magistrado judicial. Uma delas foi a caução de Vara, que Ivo Rosa anulou, e a Relação mandou novamente aplicar ao ex-ministro, que cumpre agora pena. ●